

## DA ESCOLA DISCIPLINAR À ESCOLA DATAFICADA - UMA GENEALOGIA DO CONTROLE ESCOLAR E SUAS RECONFIGURAÇÕES

FROM THE DISCIPLINARY SCHOOL TO THE DATAFICATED SCHOOL - A  
GENEALOGY OF SCHOOL CONTROL AND ITS RECONFIGURATIONS

DE LA ESCUELA DISCIPLINARIA A LA ESCUELA DATAFICADA - UNA GENEALOGÍA  
DEL CONTROL ESCOLAR Y SUS RECONFIGURACIONES

Evandro Carlos Salermo<sup>1</sup>  
Luciano Rodrigues Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:** Esse artigo buscou analisar a passagem histórica da escola disciplinar para a escola datafificada, examinando como a disciplina persiste na educação contemporânea sob novas roupagens técnicas. O objetivo central consistiu em evidenciar que, apesar do discurso de inovação, permanecem operantes dispositivos clássicos de vigilância, tais como exame, classificação e normalização, agora reconfigurados por artefatos técnicos. A metodologia adotada foi qualitativa, de caráter teórico-crítico, apoiada em revisão bibliográfica e em reconstrução genealógica dos mecanismos escolares. Partiu-se da compreensão da escola como dispositivo tecnopolítico, articulando a emergência do poder disciplinar na modernidade aos seus desdobramentos atuais. Os resultados indicam que tal regime não dissolve o disciplinar, mas o intensifica, deslocando o controle do confinamento espacial para a captura de dados, ampliando a governabilidade sobre condutas e transformando o rendimento escolar em índice de valor. Conclui-se que a escola digital aprofunda a fabricação de subjetividades ajustadas, restando a educação como campo de disputa, no qual ainda se pode tensionar o uso da técnica e reabrir possibilidades formativas orientadas pela autonomia.

1

**Palavras-chave:** Poder disciplinar. Escola. Tecnologia.

**ABSTRACT:** This article sought to analyze the historical shift from the disciplinary school to the datafified school, examining how discipline persists in contemporary education under new technical guises. The main objective was to highlight that, despite the discourse of innovation, classic surveillance devices such as examination, classification, and normalization remain operational, now reconfigured through technical artifacts. The methodology adopted was qualitative, with a theoretical-critical approach, supported by a literature review and a genealogical reconstruction of school mechanisms. It began with the understanding of the school as a technopolitical device, linking the emergence of disciplinary power in modernity to its current developments. The results indicate that this regime does not dissolve the disciplinary, but rather intensifies it, shifting control from spatial confinement to data capture, expanding governance over behaviors and turning academic performance into an index of value. The conclusion is that the digital school deepens the creation of adjusted subjectivities, leaving education as a field of contestation, in which the use of technique can still be contested and formative possibilities oriented by autonomy can be reopened.

**Keywords:** Disciplinary power. School. Technology.

<sup>1</sup>Professor da Rede Estadual de Ensino do Mato Grosso. Doutorando em Educação.

<sup>2</sup>Doutorando em história pelo PPGH-UFG.

**RESUMEN:** Este artículo buscó analizar el paso histórico de la escuela disciplinaria a la escuela datificada, examinando cómo la disciplina persiste en la educación contemporánea bajo nuevos ropajes técnicos. El objetivo central consistió en evidenciar que, a pesar del discurso de innovación, permanecen operativos dispositivos clásicos de vigilancia, tales como el examen, la clasificación y la normalización, ahora reconfigurados por artefactos técnicos. La metodología adoptada fue cualitativa, de carácter teórico-crítico, apoyada en una revisión bibliográfica y en la reconstrucción genealógica de los mecanismos escolares. Se partió de la comprensión de la escuela como un dispositivo tecnopolítico, articulando la emergencia del poder disciplinario en la modernidad con sus desarrollos actuales. Los resultados indican que tal régimen no disuelve lo disciplinario, sino que lo intensifica, trasladando el control del confinamiento espacial a la captura de datos, ampliando la gobernabilidad sobre las conductas y transformando el rendimiento escolar en un índice de valor. Se concluye que la escuela digital profundiza la fabricación de subjetividades ajustadas, quedando la educación como un campo de disputa, en el cual aún se puede tensionar el uso de la técnica y reabrir posibilidades formativas orientadas por la autonomía.

**Palabras clave:** Poder disciplinario. Escuela. Tecnología.

## INTRODUÇÃO

A obra de Foucault é reconhecida pela pluralidade de temas, que vão da loucura ao poder, da sexualidade às formas de subjetivação, e desdobrando-se de forma relevante no campo da educação, mesmo sem tratá-la de forma sistemática. Como a crítica tem reiterado no decorrer das últimas décadas, essa diversidade temática não constitui dispersão, mas, antes, a construção de um instrumental analítico capaz de alumbrar situações concretas em que o poder emerge e se reproduz. Entre esses instrumentos, destacam-se a noção de disciplina, os métodos arqueológico e genealógico, bem como a articulação entre conhecimento e poder, que culminam em análises sobre as maneiras pelas quais os sujeitos humanos se relacionam consigo e com os outros.

Esses conceitos, articulados em diferentes obras, permitem perscrutar tanto sincrônica quanto diacronicamente as práticas políticas e institucionais, desvelando o funcionamento cotidiano e os efeitos difusos das relações de poder. No campo educacional, a abordagem possibilita reconhecer a escola como um lócus privilegiado para observar tais dinâmicas. Isso por que, ao longo de sua história, ela não se limitou a transmitir conhecimentos, consolidando-se como dispositivo de poder e normalização, fabricando sujeitos de acordo com as exigências de cada contexto histórico. O exame, a vigilância, a seriação, a padronização curricular e as hierarquias pedagógicas são exemplos eloquentes de tecnologias disciplinares que moldaram corpos e mentes, convertendo a escolarização em engrenagem de controle social.

A genealogia da escolaridade revela práticas que associavam instrução e confinamento, educação e vigilância, saber e punição. No presente, apesar da retórica de inovação e da indumentária digital que recobre as práticas pedagógicas, não se observa a superação desse paradigma. Pelo contrário, plataformas de aprendizagem, dispositivos de avaliação em larga escala e discursos neoliberais de desempenho parecem reiterar e até mesmo robustecer os mecanismos descritos por Foucault. A promessa de modernização e eficiência, expressa por meio das tecnologias high-tech, parece não eliminar a lógica disciplinar; apenas conferir a ela nova roupagem.

No entanto, com as transformações trazidas pelo neoliberalismo e pela digitalização, seria possível afirmar que há uma ruptura com os processos de disciplinarização escolar ou uma intensificação dessas tecnologias de normalização?

Diante desse cenário, este artigo propõe-se a analisar a persistência e a atualização do poder disciplinar na escolaridade contemporânea. Tal discussão justifica-se pela necessidade de compreender como as dinâmicas descritas por Foucault se rearranjam em tempos de tecnificação escolar, revelando lacunas ainda pouco exploradas nos estudos educacionais. A relevância da pesquisa se expressa tanto no plano acadêmico, visto oferecer um quadro crítico que pode contribuir para os debates sobre poder e subjetivação, quanto no plano profissional, pois alumbra desafios concretos enfrentados por educadores e gestores em contextos marcados por uma pedagogia algorítmica.

3

Busca-se, conseqüentemente, contribuir para o entendimento da tríade educação, tecnologia e poder, de modo a instigar novas reflexões entre educadores, pesquisadores e formuladores de políticas acerca de mecanismos de sujeição, por vezes sutis, que plasmam o espaço escolar.

## MÉTODOS

Este artigo configura-se como um estudo de caráter qualitativo e teórico-interpretativo, cujo percurso metodológico ancora-se na análise crítica de conceitos e categorias foucaultianas e na leitura genealógica das práticas disciplinares escolares. A escolha por um procedimento teórico justifica-se pela natureza do problema investigado, ou seja, compreender as permanências e reconfigurações do poder disciplinar na escolaridade contemporânea, identificando as continuidades das técnicas de normalização ao longo do tempo.

Adotou-se como procedimento analítico a genealogia, entendida como investigação das condições históricas de emergência, dispersão e transformação das práticas disciplinares (Foucault, 1977), abordagem complementada por uma revisão crítica de literatura e por leituras comparativas de documentos e políticas públicas pertinentes ao campo educacional.

O *corpus* de análise foi constituído por obras clássicas de referência (obras de Michel Foucault consultadas em edições consolidadas), estudos nacionais sobre Foucault e educação (Veiga-Neto; Silva), literatura crítica sobre neoliberalismo e educação (Dardot & Laval; Ball; Brown), estudos sobre vigilância e dataficação (Zuboff) e documentos de política educacional (informes, legislações e avaliações em larga escala).

Para a obtenção do repertório bibliográfico, realizaram-se buscas sistemáticas em bases acadêmicas/repositórios Scopus, Web of Science, SciELO, Google Scholar e Catálogo de Periódicos CAPES, empregando combinações de descritores tais como: “Foucault AND educação”, “poder disciplinar AND escola”, “exame AND escola”, “neoliberalismo AND educação”, “performatividade AND escola”, “vigilância AND plataformas educacionais”. A periodização adotada compreende o período de 1970 a 2025, sendo selecionadas produções em português, inglês e espanhol para análise.

A curadoria seguiu critérios explícitos: (a) pertinência teórica ao objeto de estudo; (b) reconhecimento acadêmico (veiculação em periódicos indexados, editoras acadêmicas); (c) referência cruzada nas bibliografias especializadas; e (d) relevância empírica para o tema (no caso de documentos oficiais e relatórios). O processo de triagem obedeceu às etapas: (i) busca e listagem inicial por meio de descritores; (ii) leitura de títulos e resumos para exclusão preliminar; (iii) leitura integral dos textos potencialmente relevantes; (iv) seleção final do *corpus* para análise aprofundada.

O tratamento analítico do acervo se deu por meio de leitura crítica e seleção temática, articulando a perspectiva genealógica com um procedimento interpretativo. Concretamente, procedeu-se ao fichamento analítico de cada obra/documento (registro das ideias centrais, conceitos mobilizados e passagens relevantes), seguido de organização das unidades de significado em categorias analíticas (vigilância, exame, normalização, performatividade, dataficação). Quando pertinente, realizou-se comparação entre passagens históricas e discursos contemporâneos para evidenciar continuidades e deslocamentos. Para suporte e organização das referências e notas de leitura utilizou-se o gestor bibliográfico Zotero.

Dado o caráter teórico-interpretativo e a ausência de coleta de dados com sujeitos humanos, cabe registrar que não houve necessidade de submissão a Comitê de Ética em Pesquisa. Caso o projeto venha a incorporar, em desenvolvimento futuro, entrevistas, observações em campo ou extração de dados pessoais de plataformas, obter-se-á a aprovação ética previamente, conforme normativas vigentes.

Por fim, por se tratar de uma investigação baseada em literatura e documentos, o que restringe inferências empíricas diretas sobre práticas específicas, reconhecem-se as limitações inerentes ao método. Não obstante, a estratégia genealógica e a revisão crítica permitiram construir um quadro interpretativo robusto, fundamentado de modo a compreender a persistência e as reconfigurações das tecnologias disciplinares na era digital.

## RESULTADOS

A discussão que se segue está organizada em torno de eixos genealógicos que permitem compreender a constituição e a permanência do poder disciplinar na escola. A análise inicia com a investigação da gênese do referido poder seguida pela transição para a modernidade pedagógica, no que se enfatiza as novas formas de controle educacional. Finalmente, a discussão se concentra na atualização dessas práticas no contexto neoliberal e digital, destacando as transformações nos mecanismos de normalização.

## GÊNESE DO PODER DISCIPLINAR NA ESCOLA

Ao longo da modernidade, a instituição escola se estruturou como engrenagem de uma vasta racionalidade política concebida para organizar corpos e regular condutas, legitimando formas de dominação que se travestem de instrução e progresso. Nesse sentido, compreendê-la é penetrar no âmago das mutações que transformaram o poder em técnica e a técnica em política, convertendo o governo dos homens em administração minuciosa da vida.

A história da escolarização moderna coincide então, *grosso modo*, com o advento de uma economia do poder voltada ao controle dos comportamentos e, mais além, à fabricação das subjetividades ajustadas à ordem social e produtiva.

Desde o século XVII, as sociedades europeias foram submetidas a um processo de reorganização de suas formas de governo. O poder soberano, fundado na visibilidade do castigo e na teatralidade da punição, cedeu lugar a mecanismos mais sutis e difusos, capazes de exercer coerção contínua e silenciosa. Foucault (1999) descreve esse deslocamento ao dizer que este que

penetra os detalhes da existência, modulando gestos, posturas e tempos. O poder disciplinar, nesse sentido, constitui-se como uma tecnologia política da docilidade, um dispositivo que, ao mesmo tempo em que sujeita, produz; que, ao passo que limita, fabrica utilidade.

Essa nova forma inaugura o que se pode chamar de anatomia política do corpo, o qual se desinveste de sua condição de objeto de suplício para figurar como instrumento de produção. Por meio de técnicas de vigilância e correção, constrói-se um modelo de conduta que transforma a energia vital em força socialmente administrada. A disciplina, longe de ser mera coerção externa, converte-se em princípio de organização das sociedades modernas. Como observa Foucault (1977), ela cria uma nova economia do tempo e dos gestos, realizando, mediante um controle, a convergência entre utilidade e obediência.

Não é casual que as grandes instituições modernas tenham emergido como laboratórios dessa racionalidade. Todas compartilham o mesmo princípio de funcionamento, qual seja, vigiar, normalizar, corrigir. São instrumentos de uma política que busca governar pela norma. O poder que outrora interditava, agora exerce coerção pela produção de saber. Tal transição, como lembra Marcuse (2015), representa o triunfo da racionalidade instrumental, na qual o poder torna-se técnico, e a técnica, política, operando de modo tão eficaz que o próprio sujeito passa a colaborar com sua dominação.

A instituição escolar surge nesse horizonte como o espaço privilegiado dessa nova racionalidade. Em seus primórdios, não monopolizava o saber; dividia a tarefa da formação com instituições religiosas, corporações de ofício e organizações militares. No entanto, à medida que a modernidade demandava instrumentos mais precisos de conformação social, a escola conquistou paulatinamente sua legitimidade como instância autônoma de governo das condutas. Varela & Álvarez-Uría (1992) demonstram que, nesse processo de consolidação, a escola apropriou-se das práticas de confinamento e de vigilância antes exercidas por outras instituições, convertendo-se no principal aparelho de disciplinamento do sujeito moderno.

Não obstante, gradualmente, as funções restritivas e assistenciais cederam espaço à criação de uma pedagogia da ordem. O tempo escolar passou a ser dividido e controlado, os espaços organizados segundo hierarquias de autoridade e visibilidade. A vigilância constante, o exame e a classificação tornaram-se os instrumentos centrais de uma maquinaria voltada à domesticação dos corpos e à normalização das condutas. Como descreve Foucault em *Vigiar e Punir*:

As disciplinas, organizando as 'celas', os 'lugares' e as 'fileiras', criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que

realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. (FOUCAULT, 1977, p. 126).

Eis, portanto, o princípio arquitetônico da escola moderna, uma instituição que administra o espaço, regula o tempo e transforma a vigilância em pedagogia. O *locus* escolar, ao dispor corpos em fileiras e delimitar zonas de visibilidade, converte-se em um dispositivo de governo que disciplina o olhar e educa a obediência. A própria organização escolar, com suas salas, sinos e horários, reproduz, em escala micropolítica, a lógica fabril, na qual o tempo é fracionado e o corpo é domesticado para a eficiência.

Machado (2006) observa que o poder disciplinar, ao se expandir por toda a sociedade, encontra nas instituições o terreno propício para se concretizar em técnicas de dominação minuciosa. Ele não se limita a um campo abstrato; age sobre a materialidade dos corpos, organiza o tempo, estrutura o espaço e define os comportamentos considerados aceitáveis. É mister frisar a atualidade da análise foucaultiana quando postula que o poder disciplinar não atua apenas sobre o indivíduo, mas através dele. A obediência deixa de ser imposta e passa a ser desejada, pois o sujeito é induzido a perceber na norma o caminho da sua própria realização.

Como assinala Popkewitz (1994), a pedagogia moderna foi inseparável dos projetos de normalização social que marcaram o nascimento das sociedades industriais. Ensinar tornou-se sinônimo de governar, e governar significou, antes de tudo, ordenar. A escolarização deve, portanto, ser compreendida como um sistema político de produção de subjetividades, em que as práticas cotidianas, tais como o currículo, o exame, o comportamento esperado, operam como tecnologias de poder. Cada avaliação, cada regra disciplinar, cada distribuição de lugares no espaço escolar é, em última instância, uma forma de governo.

À luz dessas análises, é possível reconhecer que, malgrado a diversidade cultural e histórica, as instituições escolares compartilham características essenciais que as ligam a uma matriz disciplinar comum. Tal uniformidade estrutural não é efeito de convergência cultural, mas necessidade de transformar o homem em recurso administrável, obsessão/razionalidade que constitui a modernidade. A escola cumpre, assim, a função de fabricar sujeitos úteis, previsíveis e integrados à lógica produtiva do capitalismo.

Veiga-Neto (2003) reforça essa dimensão indicando que a escola moderna, nascida sob o signo da ordem e da racionalidade, funcionou historicamente como maquinaria destinada a fabricar o sujeito moderno. E mesmo quando confrontada com as transformações

contemporâneas, continua a reproduzir a tríade regulação das condutas, controle do tempo e disciplinamento dos corpos, traços fundamentais dessa genealogia.

Fruto de condensação histórica das racionalidades políticas que buscaram otimizar o governo da vida social, a escola é, portanto, a herdeira direta do poder disciplinar. Reconhecer essa ontogênese é condição indispensável para compreender como tais mecanismos sobreviveram à passagem do tempo e, em meio à era digital, assumiram novas modalidades de atuação, preservando, contudo, o núcleo disciplinar que os constitui.

## DA ORTOPEDIA DOS CORPOS À MODELAGEM DAS MENTES

A educação moderna constituiu-se como resposta às demandas de uma sociedade em expansão, marcada pelo crescimento populacional e pela necessidade de administrar sujeitos em um mundo em contínua metamorfose. Não mais mero espaço de instrução, a escola passou a funcionar como aparato disciplinar, dispositivo técnico-político que deslocou sua missão, indo da repressão visível à produção de docilidade, da coerção direta à internalização da norma. Assim, a escolaridade se constituiu como tecnologia de governo, destinada a abranger toda a coletividade, a administrar os corpos e a modelar as mentes. Nesse movimento:

[...] se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento [...], se apenas se exercesse de modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo - como se começa a conhecer - e também a nível de saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. [...]. O enraizamento do poder, as dificuldades que se enfrenta para desprender dele vêm de todos estes vínculos. (FOUCAULT, 1977, p. 148-149).

8

Dentro do espaço de sala de aula, a regulação produtiva de um grande número de alunos exigia novas metodologias. Anteriormente experimentado e testado nas universidades medievais, o método de monitoria gradualmente suplantou a relação tradicional e individualizante entre professor e aluno. Esta abordagem, na qual um pequeno número de alunos mais velhos ou mais avançados eram individualmente tutelados pelos professores e depois tutelavam os outros alunos, evidenciou uma mudança nas relações pedagógicas de poder, aperfeiçoando assim o confinamento e a rigidez dos estudos medievais. Decorrido certo tempo, o método monitorial foi substituído pelo método simultâneo da instrução direta do grupo por um único professor, o qual é largamente utilizado até hoje.

O aumento da população escolar, juntamente com a expansão de um corpo docente ainda incipiente, tornou-se terreno fértil para o aprofundamento dos mecanismos disciplinares sobre corpos e mentes. Por conseguinte, a disciplina aplicada aos professores consolidou o

tempo especializado da escolarização e contribuiu para a reformulação da infância enquanto categoria social. Concebida então como etapa singular da vida, carente de proteção e de formação moral, legitimou práticas de segregação espacial e etária, bem como a introdução de campos específicos de intervenção, como a educação sexual e a reorganização das relações entre adultos e crianças.

Nesse quadro, a punição escolar abandonou paulatinamente traços espetaculares e fisicamente violentos que a caracterizavam em períodos anteriores. A correção deslocou-se do suplício público para formas de coerção psicológica e disciplinamento cotidiano. O corpo, antes objeto de tortura e castigo, passou a ser moldado por meio de rubricas pedagógicas como exercícios, ginásticas, caligrafia e normas de higiene, em um esforço de projetar sobre os sujeitos um futuro ajustado e produtivo, em vez de simplesmente aplicar punição sobre desvios passados.

A passagem da coerção física à modelagem moral e cognitiva foi ancorada no surgimento das “ciências do homem”, tais como a psicologia experimental, a estatística educacional e a pedagogia científica. A racionalidade disciplinar encontrou nesses saberes emergentes a legitimação técnica para mensurar a mente com a precisão outrora reservada ao controle dos corpos. O poder pedagógico, revestido de aparente neutralidade científica, tornou-se catalogável e produziu o tipo humano ajustado à ordem social dominante.

Tratou-se, pois, de uma inflexão paradigmática que obriga a compreender o poder como engrenagem imanente às práticas sociais, não como imposição exterior. O poder em questão não se define pela negação ou pela pura contenção, tampouco se esgota na violência visível. Tal como observa Deleuze (1990, p. 35), em sua leitura de Foucault, “o poder não é essencialmente repressivo, mas antes produtivo; ele produz realidade, produz domínios de objetos e rituais de verdade”. Ademais, cria significados, organiza instituições, molda identidades e subjetividades, penetrando nas zonas sutis da experiência.

No interior da instituição escola o exame destacou-se como eixo articulador da vigilância e do saber, conferindo visibilidade e hierarquia aos sujeitos. Registrando desempenhos, comparando resultados, mede o saber e, mais além, o fabrica. Cria o aluno como sujeito cognoscível, mensurável, hierarquizado, instaurando uma economia do mérito e da distinção. Técnica de individualização, transforma a diferença em desvio, o desvio em objeto de correção.

Passo adiante, para que esse projeto disciplinar fosse eficaz, a escola necessitou controlar

a totalidade do tempo dos educandos. Atividades extraclasse, recreações supervisionadas e programas complementares foram introduzidos como prolongamentos do espaço disciplinar, acompanhados pela formulação de uma nova concepção de infância que legitimava a separação entre crianças e adultos, entre faixas etárias distintas e entre grupos sociais. Salas de aula organizadas em séries e turmas passaram a distribuir os alunos segundo critérios de idade, desempenho, caráter, moralidade e até mesmo higiene. Dessa forma, o espaço escolar se consolidava como aparelho de ordenação da vida, estendendo sua influência para além dos muros da instituição, alcançando famílias e comunidades inteiras.

Cruz e Freitas (2011) enfatizam que a seriação escolar e os mecanismos de avaliação sistemática permitiram o controle minucioso das atividades dos estudantes, convertendo todo o tempo de escolarização em tempo de produção, ajustando corpos e sincronizando gestos, extraíndo a máxima potência da coletividade, transformando o rendimento individual em engrenagem do desempenho coletivo.

Como se observa, o poder disciplinar migrou do corpo para a alma, do gesto para o pensamento. A ortopedia dos corpos deu lugar à modelagem das mentes por meio de uma subsunção contínua, instaurando uma pedagogia que governa o movimento e a imaginação, a postura e o desejo. A escola moderna tornou-se, enfim, laboratório de subjetividade dócil que antecipou as formas futuras de controle técnico, configurando-se como antecâmara da dominação total do homem-máquina e da razão administrativa. Nela, disciplina, adentra ao domínio da subjetividade, promovendo um condicionamento mental organizador de percepções e expectativas, antecipando o terreno sobre o qual, mais tarde, se projetariam as novas modalidades de controle da era digital.

## NEOLIBERALISMO, PERFORMATIVIDADE E O NOVO ETHOS ESCOLAR

Na presente epocalidade, a instituição escolar encontra-se imersa em uma metamorfose que, embora se apresente como inovação, opera silenciosamente no sentido de reconfigurar as formas de controle que a sustentam. Dardot & Laval (2016, p. 17) propugnam, nesse sentido, que a ideologia neoliberal “define um novo modo de governar os homens, segundo o modelo universal da empresa”. Influenciada por tal racionalidade, a escola assume feições empresariais, convertendo seus atores em gestores de si mesmos e subordinando seus processos ao léxico da eficiência.

É importante frisar que Foucault já havia assinalado a capacidade do poder de renovar as práticas sociais e produzir subjetividades. Em *Vigiar e Punir*, ele observa: “O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um olhar normalizador, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir” (Foucault, 1977, p. 154). O que se observa na contemporaneidade é a intensificação dessa lógica, agora mediada por vasta caixa de ferramentas, como avaliações em larga escala, índices de desempenho e métricas de produtividade, as quais tornam o exame onipresente, deslocando-o do espaço da sala de aula para o plano global das políticas educacionais.

Nesse sentido, a performatividade descrita por Ball torna-se categoria central para compreender o *ethos* escolar neoliberal. Esta, para o autor, “é uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação que emprega julgamentos, comparações e exposições como meios de controle, atrito e mudança” (Ball, 2014, p. 144). Não há a coerção explícita, mas incentivos e pressões que levam professores e alunos a internalizar os critérios de avaliação, a ponto de moldar suas práticas de acordo com eles. O poder disciplinar, nesse arranjo, não desaparece; ao contrário, ganha sofisticação, pois passa a agir através da autovigilância e autoexploração.

A performatividade funciona como extensão da disciplina foucaultiana. Enquanto na modernidade clássica a disciplina operava pela vigilância direta, pelo confinamento e pelo exame pontual, no neoliberalismo ela se estende a todos os momentos e espaços da vida escolar, transformando a própria noção de desempenho em critério de existência. Como sintetiza Ball (2014, p. 146): “Ser é ser avaliado”, máxima que condensa o *ethos* neoliberal no qual o valor do sujeito depende permanentemente de sua capacidade de apresentar evidências de sucesso.

Na genealogia da disciplina, o exame sempre desempenhou papel fundamental. Foucault (1977, p. 153) observa que ele “estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados”. Sob o neoliberalismo, essa visibilidade torna-se mais intensa e abrangente. Cada prova ou teste interno funciona como exame e, mais além, avaliações nacionais e internacionais, como o Enem e o Pisa, instituem uma lógica de comparação que define políticas públicas e práticas pedagógicas. A disciplina, nesse caso, expande-se do nível da sala de aula para o da governança global, operando em escalas cada vez mais amplas.

Saviani observa que “a avaliação em larga escala se converte em mecanismo de regulação do trabalho docente, deslocando a centralidade do processo pedagógico para os índices de rendimento” (Saviani, 2011, p. 43). A lógica da *accountability*, entendida como

responsabilização permanente por resultados, não elimina o disciplinar, mas o reinscreve em moldes neoliberais nos quais o professor continua vigiado e avaliado, não mais pelo inspetor escolar que entra em sua sala, mas pelos números que traduzem sua prática em gráficos e relatórios.

Veiga-Neto, por sua vez, alerta para o modo como a escola contemporânea se ancora em discursos de inovação e flexibilidade, mas conserva práticas disciplinares em sua estrutura profunda: “Por trás da retórica da autonomia, o que se observa é uma intensificação dos mecanismos de controle, que se tornam mais sutis e difusos” (Veiga-Neto, 2003, p. 118). A escola é uma das arenas privilegiadas desse processo, pois nela se forjam as disposições que sustentam a lógica de concorrência e autoexploração e nela o poder disciplinar se transmuta, ajustando-se às novas exigências do capital.

Como bem destacou Wendy Brown, trata-se de um processo no qual o *homo oeconomicus* deixa de ser apenas um agente de troca no mercado para tornar-se um empreendedor de si, “uma forma de capital humano que deve continuamente investir em si mesmo, em sua formação, em suas capacidades, a fim de aumentar seu valor” (Brown, 2015, p. 22). A lógica neoliberal infiltra-se no cotidiano das escolas, nas quais estudantes passam a ser instados a gerir seu “desempenho” como portfólio, e professores são cobrados a demonstrar resultados quantificáveis como prova de sua eficiência.

A escola, assim sendo, converte-se em laboratório do sujeito empreendedor, no qual o professor é chamado a inovar, a reinventar-se, a ser gestor de sua prática; o estudante, por sua vez, a desenvolver competências, a construir projetos de vida, a investir em seu próprio capital humano. Em ambos os casos, a disciplina se exerce de modo difuso, internalizado, fazendo com que os sujeitos regulem a si mesmos em nome de metas e indicadores que, embora pareçam externos, passam a constituir o núcleo de sua subjetividade.

Por conseguinte, não se evidencia um enfraquecimento da disciplina, mas sua integração a novas camadas de racionalidade. Seus mecanismos fundamentais, a vigilância, o exame, a normalização, agora articulados à lógica do empreendedorismo persistem como engrenagens invisíveis que moldam comportamentos e subjetividades. O *ethos* escolar neoliberal, embora proclame liberdade e flexibilidade, reforça de modo ainda mais intenso os mecanismos de vigilância e controle, criando sujeitos que policiam a si mesmos em busca de performar os resultados esperados. No mais, a permanência do poder disciplinar abre caminho para compreender como, na era digital, tais dispositivos se expandem e se intensificam,

transformando a escola em ambiente datafocado no qual a disciplina encontra novas modalidades de expressão.

## A ESCOLA DATAFICADA, PANOPTISMO DIGITAL E PERMANÊNCIA DO DISCIPLINAR

A história da escolarização moderna é inseparável das formas pelas quais o poder disciplinar se infiltra nos espaços educacionais. Nesse microcosmo de uma sociedade disciplinar mais ampla, as técnicas de vigilância e controle atuavam por meio do confinamento dos corpos, pela imposição de ritmos e normas rígidas. Sem embargo, à medida que nos aproximamos da contemporaneidade, vem a baila as seguintes interrogações: a disciplina, tal como a conhecíamos, se dissolve diante da digitalização? Ou, paradoxalmente, encontra nela um terreno ainda mais fértil, expandindo-se em novas modalidades de regulação?

Elementos para uma provável resposta podem ser recuperados de Deleuze (1992), que aponta a existência de uma passagem das sociedades disciplinares para as sociedades de controle, na qual a disciplina, que operava pelo confinamento, passa a atuar em tempo real, por meio de fluxos abertos, senhas e acessos.

A transformação teórica descrita não se circunscreve, todavia, ao funcionamento do controle social. Pode ser observada de maneira prática na reconfiguração da escola contemporânea, agora marcada pela digitalização. Antes um *lócus* de controle, a escola digital atesta que já não se cuida apenas de manter o aluno sob vigilância físico em sala de aula, mas de acompanhá-lo continuamente por meio de dispositivos que registram e antecipam cada movimento.

De modo contrário à torre central, na qual a vigilância dependia da presença do vigia, os algoritmos digitais não precisam se revelar, pois operam silenciosamente coletando fluxos contínuos de dados e transformando cada gesto do aluno em informação quantificável. Dessa forma, a disciplina deixa de se referenciar ao corpo visível, tornando-se onipresente, inserida no tecido digital que permeia a experiência escolar. A vigilância hoje se manifesta de forma difusa e em grande medida voluntária, com os indivíduos fornecendo dados que alimentam sistemas sofisticados de controle.

A hipótese de Veiga-Neto (2019), de que a disciplinaridade moderna passa por uma crise, manifesta no enfraquecimento das fronteiras entre saberes e na emergência de sujeitos moldáveis, encontra seu contraponto no fato de que as plataformas digitais parecem inverter essa tendência, reconstituindo o disciplinar sob novas lógicas métricas. De fato, o que antes se

desarticulava pela fluidez pós-moderna ressurgiu, agora, na forma de um controle algorítmico que substituiu o confinamento espacial pela captura contínua de dados.

No entanto, a mutação acima descrita é melhor entendida mediante a observação do horizonte neoliberal atual, doutrina cujo pendore mercantil plasma a educação, redirecionando o educando para a lógica do mercado e convertendo-o em um ativo apropriado pela lógica capitalista. Em vista disso, o ethos do empreendedor de si infiltra-se no campo educacional sob a forma de performatividade/ autoexploração. O estudante, moldado como autoempreendedor, se vê então permanentemente instado a gerir sua performance, monitorar suas notas, construir seu portfólio digital, acumular certificados e evidências de competência.

Noutra via, em vez de ser incentivado à colaboração, o estudante neoliberal é impelido a uma competição constante, em que a busca por distinção mediante autoaperfeiçoamento substituiu a noção de comunidade educacional. A dinâmica de aprendizagem coletiva cede lugar a uma jornada solitária de cerceamento de si, marcada pela necessidade de acumular méritos e provas de competência.

O que outrora era território de transmissão de saberes converte-se em uma plataforma de autoavaliação contínua, maquinaria na qual cada aluno é ao mesmo tempo objeto e agente da vigilância. O professor, por sua vez, passa a responder a métricas de produtividade, relatórios de desempenho e avaliações externas que definem sua legitimidade profissional mais do que o trabalho concreto realizado na sala de aula.

A disciplina, como poder que individualiza, se intensifica no regime digital. Os dados permitem criar perfis singulares de aprendizagem, trajetórias personalizadas e sistemas adaptativos que ajustam conteúdos segundo o ritmo do estudante. À primeira vista, trata-se de um avanço pedagógico, pois oferece flexibilidade e adequação às diferenças. Contudo, a personalização baseada em dados não é neutra, uma vez que traduz cada aluno em padrões estatísticos, classifica-o em categorias pré-definidas e projeta sobre ele expectativas futuras.

Na análise de Zuboff (2020) os dados emergem como um novo "regime de verdade", revestidos de uma legitimidade inquestionável, imune às críticas que antes poderiam ser direcionadas a outras formas de conhecimento. Em consonância, na seara política, o discurso neoliberal que sustenta esse processo apresenta a dataficação como sinônimo de objetividade e racionalidade. A pseudoneutralidade embutida no digital confere-lhe uma eficácia ainda mais potente do que a das disciplinas tradicionais, visto naturalizar a vigilância como condição necessária à eficiência. Tomemos, por exemplo, a avaliação tradicional, passível de

questionamento pela subjetividade do avaliador. Em contraste, as métricas digitais são amplamente vistas como neutras, mesmo que carreguem vieses e pressupostos não evidentes. A escola, inserida nesse circuito, opera como correia de transmissão do discurso tecnofílico, conferindo a ele legitimidade por meio da crença na ciência dos dados.

Ainda sobre a avaliação, percebe-se que a ideologia da neutralidade reforça a primazia dessa prática enquanto instrumento de disciplinamento. Dominam a cena educacional os exames em grande escala, rankings e métricas de desempenho, os quais estendem sua modulação ao trabalho do docente, ao currículo e aos métodos utilizados. Como assinala Freitas (2012), a avaliação transforma-se em um ponto fixo que impede qualquer avanço mais significativo nas abordagens formativas, reduzindo a escola a um campo restrito e imerso em uma lógica conteudista e tecnicista.

Com as plataformas digitais invadindo ambientes privados e incorporando-se a momentos de lazer, observa-se também uma redefinição das fronteiras do controle. O aluno, imerso nesse ambiente conectado, não consegue escapar à vigilância e ao consequente disciplinamento, pois cada interação, seja o simples acesso, a execução de uma tarefa no celular ou a participação em fóruns e atividades gamificadas, deixa um rastro que se alimenta e se acumula em bancos de dados. Silveira (2021) assinala que estamos diante de uma colonização dos tempos sociais, pois as plataformas moldam comportamentos, definindo, de maneira invisível, recompensas e punições que passam a regular a conduta e a experiência do estudante, tornando-o parte de um processo de controle constante.

Conquanto prometam autonomia, personalização e acesso ampliado ao conhecimento, as plataformas instauram uma heteronomia mascarada, vez que as ações do estudante se exercem dentro de parâmetros estabelecidos por sistemas invisíveis. Além disso, os algoritmos não se limitam a registrar desempenhos passados, eles predizem futuros prováveis, orientando políticas educacionais e decisões institucionais. O educando considerado “em risco” de evasão ou baixo desempenho é objeto de monitoramento intensificado, o que paradoxalmente pode reforçar desigualdades e estigmatizações. Em síntese, o poder disciplinar assume uma dimensão preditiva, intervindo antes mesmo que a conduta aconteça mediante a elaboração de perfis de risco, e a orientação de práticas pedagógicas em função de probabilidades estatísticas.

A fim de dar tração à análise, convém retomar a crítica de Marcuse, para quem o aumento da produção de mercadorias em larga escala facilitou o acesso a consumo de bens e serviços, gerando uma falsa sensação de satisfação. E o que resulta desse processo é uma

liberdade ilusória que acaba por legitimar a assimilação dos indivíduos pelo sistema capitalista. Estes, por sua vez, tornam-se incapazes de perceber as dinâmicas de dominação e controle, replicando, assim, modelos de pensamento e comportamento que asseguram a perpetuação da ordem estabelecida. Nas palavras do autor:

O aparato produtivo tende a tornar-se totalitário porquanto determina não apenas as oscilações, habilidades e atitudes socialmente necessárias, mas também as necessidades e aspirações individuais. Oblitera, assim, a oposição entre a existência privada e pública, entre necessidades individuais e sociais. A tecnologia serve para instituir formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle social e coesão social (MARCUSE, 2015, p. 18).

Em termos mais claros, o autor aponta que a tecnologia propicia mecanismos de docilização, os quais tornam mais difícil identificar a resistência essencial à dominação que ela mesma estabelece. No mais, a aparente neutralidade das tecnologias mascara o ofuscamento das relações de poder, o que tende a acarretar a aceitação conformista da realidade de exploração e a resignação em relação à ordem social existente. Internalizada a lógica dos rankings e dashboards, não se percebe a disciplina como imposição externa, mas como condição natural da vida escolar. Noutro polo, o professor que ajusta suas práticas a relatórios de desempenho acredita estar apenas atendendo a exigências técnicas, sem perceber que contribui para a perpetuação de um regime de poder. O disciplinar, assim, torna-se mais eficaz porque menos visível, operando pela adesão voluntária e pela crença na higidez do paradigma.

Não é o caso, por conseguinte, de afirmar que vivemos em uma era pós-disciplinar. O que se evidencia é uma intensificação e uma expansão das técnicas a ele associadas, agora articuladas à lógica neoliberal e às tecnologias digitais. A genealogia da escola evidencia que a disciplina se reconfigurou; a vigilância arquitetural cede espaço ao exame padronizado, as hierarquias curriculares, ao monitoramento algorítmico. A escola digital é mais disciplinadora que a escola fabril, porque sua vigilância excede o domínio físico, acompanhando os sujeitos em rede, colonizando experiências.

O que se constata, em última instância, é que a disciplina não desaparece, mas se transmuta em racionalidades digitais nas quais o sujeito escolarizado continua a ser fabricado pela projeção de futuros algorítmicamente calculados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida neste estudo evidenciou que a escola, desde sua constituição moderna, permanece como um dos mais potentes dispositivos de poder, capaz de articular saber e governo sob a forma de disciplina. Por seu turno, a genealogia foucaultiana atesta que o

disciplinar constitui uma racionalidade política que se atualiza conforme as transformações das formas de produção, da ciência e da técnica. O espaço escolar, nesse processo, foi o laboratório privilegiado de tais racionalidades, convertendo o corpo em instrumento útil e a mente em objeto de normalização.

Nesse *tour de force*, observou-se que a transição da ortopedia dos corpos à modelagem das mentes corresponde a uma inflexão fundamental da modernidade pedagógica. A educação, que outrora visava corrigir e punir, passa a operar como um dispositivo de produção de subjetividades conformes, ajustadas às exigências de eficiência, previsibilidade e utilidade. A disciplina torna-se, assim, princípio organizador da vida social, inserindo-se nos gestos, nas emoções e nas estruturas cognitivas dos sujeitos.

A partir da inflexão neoliberal/digital, a disciplina não desaparece, mas se reconfigura. O exame, outrora centrado no espaço físico da sala de aula, expande-se sob a égide dos aparatos digitais. A lógica panóptica dá lugar à lógica da rastreabilidade, na qual o poder se exerce de modo difuso. A vigilância torna-se voluntária, internalizada, naturalizada pela crença na neutralidade técnica dos dados. O controle, mais do que imposto, é desejado; e a obediência assume a forma de autoexploração.

Essa mutação confirma a hipótese inicialmente exposta. A disciplina sobrevive à modernidade, metamorfoseando-se em tecnologias de normalização cada vez mais sutis e sofisticadas. Não há uma fratura no paradigma disciplinar, antes uma intensificação. Proclamar-se autonomia e inovação, porém se reafirma o controle, a vigilância e a mensuração como fundamentos da prática educativa.

Do ponto de vista teórico, este estudo reitera a atualidade do método genealógico e sua potência heurística para compreender a educação contemporânea. Do ponto de vista prático, indica a urgência de políticas e práticas pedagógicas que reconheçam o caráter produtivo do poder e busquem resistir a ele por meio da criação de espaços de pensamento, experiência e liberdade. A resistência deve se dar também no plano pedagógico, com a reinstauração da criticidade nos estabelecimentos de ensino, destituindo-os assim da condição de oficina de performatividade.

Portanto, compreender a reconfiguração do poder disciplinar à luz da malha conceitual aqui mobilizada, desvelando as continuidades ocultas sob o enquadramento tecnoneoliberal, permite reconhecer que a educação continua a ser terreno de disputa entre dominação e

emancipação. Resta indispensável, após pensar o que a escola faz aos sujeitos, fazer dela o que os sujeitos podem: espaço de resistência e criação.

## REFERÊNCIAS

BALL, S. *Performativity, commodification and change in education*. London: Routledge, 2014. p. 143-160.

BROWN, W. *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*. New York: Zone Books, 2015.

CRUZ, P. A. S.; FREITAS, S. A. Disciplina, controle social e educação escolar: um breve estudo à luz do pensamento de Michel Foucault. *Revista do Laboratório de Estudos da Violência e Segurança*, n. 07, 2011.

DARDOT, P; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Editora 34, 1990.

DELEUZE, G. *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 219-226.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, M. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FREITAS, L. C. *Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação*. Campinas: Autores Associados, 2012.

MARCUSE, H. *O homem unidimensional*. São Paulo: Edipro, 2015.

VARELA, J; ÁLVAREZ-URÍA, F. *A escola e o poder disciplinar: a pedagogia da ordem*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MACHADO, N. *O poder disciplinar na escola e a modernidade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

POPKEWITZ, T. *Pedagogia e controle: a construção da pedagogia moderna e suas normas*. São Paulo: Cortez, 1994.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. Campinas: Papyrus, 2011.

SILVEIRA, S. A. *O colonialismo de dados e a privatização da vida*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2021.

SOUZA, C. A.; FILHO, C. S. *A escola e a sociedade disciplinar: notas sobre o corpo, a educação e a cultura escolar*. São Paulo: Cortez, 2008.

VEIGA-NETO, A. *A escola moderna e o controle do corpo: reflexões sobre o disciplinamento na educação*. Campinas: Papyrus, 2003.

VEIGA-NETO, A. *Foucault & a educação*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

ZUBOFF, S. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

VEIGA-NETO, A. *Foucault e a educação*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

ZUBOFF, S. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.